

A difícil transição: análise das trajetórias ocupacionais de jovens operários metalúrgicos

*Heloisa H. T. de Souza Martins**

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir as trajetórias ocupacionais de jovens trabalhadores metalúrgicos, de 18 a 25 anos, bem como seus níveis de escolaridade e as diferentes formas de treinamento e aperfeiçoamento profissionais no contexto das transformações técnicas e organizacionais do trabalho. Neste sentido, toma como referência as discussões a respeito da relação educação e trabalho e as análises sobre as trajetórias de transição da juventude para a vida adulta.

Palavras-chave: juventude, trabalho, trajetórias de transição, educação e trabalho.

Abstract: The paper discusses the occupational trajectories of 18-25 year-old steel workers as well as their educational background and different qualifying experiences in the context of labour technological and organizational transformations. The text also analyses the relationship between educational and labour and trajectories of transition from youth to adult life.

Descriptors: youth, labour, trajectories of transition, education and labour.

* Profa. do Departamento de Sociologia da FFLCH - Universidade de São Paulo, Doutora em Sociologia. Ex-diretora técnica do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Desde a discussão de Marx sobre a divisão manufatureira do trabalho e a afirmação da sua tese do empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais, com a expropriação do conhecimento do trabalhador pelo capital, a discussão em torno da formação e qualificação profissional tem se ampliado no interior das Ciências Sociais. Nos anos 70 do século XX, o debate foi fortemente influenciado por H. Braverman que, retomando a tese de Marx, enfatiza o processo de desqualificação dos trabalhadores em decorrência do aprofundamento da divisão do trabalho no capitalismo. Como uma de suas variantes, a tese da polarização das qualificações viria reforçar a idéia de que a introdução de novas tecnologias acentuaria a divisão do trabalho e a desqualificação dos trabalhadores. Mais recentemente, diante da crescente penetração da automação com base na microeletrônica, ocorreu uma reorientação explicativa, com os cientistas sociais referindo-se ao processo de requalificação ou reprofissionalização dos trabalhadores (Hirata, 1994).

Assim, as transformações tecnológicas e organizacionais da produção, expressas no modelo da especialização flexível, exigiriam a volta a um trabalho de tipo artesanal, qualificado (Hirata, 1994) ou a recuperação da “inteligência da produção” (Carvalho, 1994). Muito já se disse e escreveu sobre esse novo modelo e suas implicações nas relações sociais de produção e nas qualificações e competências dos trabalhadores. O que é afirmado tanto por analistas, quanto por empresários é que, quanto mais acelerado for o processo de introdução de inovações, principalmente tecnológicas, maior a exigência de uma resposta rápida do trabalhador a essas mudanças. Mas, e este é o ponto que nos interessa neste artigo, os analistas têm apontado, também, que apesar das alterações no padrão do uso do trabalho e no perfil do emprego, não se pode afirmar ou concluir que há uma tendência geral ao aumento do nível de qualificação dos trabalhadores industriais diretos, nem mesmo nos países mais desenvolvidos (Carvalho, 1994).

No caso do Brasil, especialmente, caracterizado como um país de baixo dinamismo tecnológico, prevalecem “processos de trabalho industriais com baixo grau de automação, organizados com base na fragmentação do trabalho e na constituição de postos de trabalho com tarefas simplificadas, cuja participação no processo inovativo das empresas, quando ocorre, é marginal” (Carvalho, 1994:108). Esta situação resulta no que esse autor denomina de padrão predatório de uso de trabalho, com uma força de trabalho industrial composta de trabalhadores, em sua maioria, semiquualificados, ou não qualificados, com baixo grau de escolarização formal e com experiências de treinamento de curta duração, ganhando baixos salários, com alta taxa de rotatividade no emprego e com pouco investimento das empresas em treinamento e formação.

O debate em torno da questão da formação e qualificação profissionais, portanto, deveria considerar as condições em que a reestruturação produtiva vem ocorrendo no Brasil. Entretanto, o que se observa é o discurso da necessidade inevitável de ajustar o sistema educacional às exigências ditadas pelo mercado de trabalho, no que diz respeito ao novo tipo de trabalhador, principalmente com o aumento dos níveis de escolaridade. O que os empresários sinalizam é menos a formação de um trabalhador qualificado, no sentido de especializado, e mais a de um trabalhador **competente**¹, no sentido de ter capacidade de abstração, decisão e comunicação, interesse e responsabilidade pelo trabalho (Carvalho, 1994).

Neste artigo tenho como objetivo discutir alguns dados de uma pesquisa que venho realizando com jovens operários metalúrgicos², procurando entender como esses trabalhadores obtiveram a

¹ Hirata (1994) aponta que, no novo modelo de organização e gestão de trabalho, a noção de qualificação tem sido redefinida com o surgimento da idéia de competência. O modelo da competência exige dos trabalhadores, além das qualificações técnicas, outras qualidades e atitudes tais como colaboração, engajamento nas estratégias de competitividade da empresa, mobilidade e saber trabalhar em equipe.

² A pesquisa consistiu, em um primeiro momento, na aplicação de 97 questionários, com 96 perguntas abertas e fechadas, a jovens operários de 18 a 25 anos, de oito indústrias metalúrgicas e de material

formação e a qualificação profissional necessárias à realização de suas atividades. Para tanto, privilegiarei a análise de suas trajetórias ocupacionais e das diferentes formas de treinamento e aperfeiçoamento técnico realizados. Espero, com isso, contribuir para o debate em torno dos níveis de qualificação do trabalho na conjuntura atual, bem como das relações entre educação e reestruturação produtiva. Além disso, como estou trabalhando com um segmento da população, vivendo a experiência da transição para a vida adulta, estarei dialogando com os cientistas sociais que têm se dedicado à sociologia da juventude ou a uma sociologia da transição³, utilizando conceitos por eles formulados, como o de jovens adultos, verificando a sua adequação aos jovens operários de Osasco por mim entrevistados.

O trabalho entrou cedo na vida dos jovens metalúrgicos de Osasco. Os dados da pesquisa mostram que 11,5% deles começaram a trabalhar antes de nove anos e 52,0% entre os 10 e 14 anos. O recorte por sexo evidencia as diferenças: a entrada das mulheres no mercado de trabalho ocorreu mais tarde, com 47,1% delas começando a trabalhar entre os 15 e 18 anos e 29,3% na faixa dos 10 aos 14 anos, enquanto para os homens, as taxas foram de 27,9% e 57,0%, respectivamente. A análise das trajetórias ocupacionais evidencia que a entrada precoce dos meninos no mercado de trabalho, em torno dos 6 aos 9 anos, se deu majoritariamente na atividade agrária (11,3%), geralmente ajudando os pais. Mas, foi no setor do comércio que 32,9% tiveram o seu primeiro emprego, seja ajudando os pais ou parentes, seja trabalhando em padarias, armarinhos, mercearias, supermercados, etc., como empregados. A indústria recrutou 28,9% desses jovens na sua primeira experiência de trabalho, mas já um pouco mais velhos, a partir dos 13 anos. A ocupação que se destaca entre as do primeiro emprego é a de *office-boy*, com 12,4% dos jovens começando, através dela, a sua vida ativa.

Antes de prosseguir na análise das trajetórias é preciso fazer alguns esclarecimentos em torno deste conceito. Utilizo, neste trabalho, a definição de Lautier (*apud* Costa, 2000:93), que considera trajetórias “como percursos feitos por sujeitos socializados, que sofrem influências nas esferas familiar, escolar e outras”, destacando a situação de imprevisibilidade que leva os indivíduos a desenvolverem estratégias que lhes permitam enfrentar as incertezas que os cercam. O jovem, mais do que os indivíduos em outras fases da vida, enfrentam essas situações de indefinições. Como têm mostrado alguns estudos recentes, o processo de inserção social e profissional dos jovens em um contexto de crise do mercado de trabalho tem que ser explicado a partir do conceito de **transição**. Este não compreende apenas a passagem da escola para o trabalho, mas refere-se, também, a um complexo processo que inclui a formação escolar e suas trajetórias, a formação em contextos formais e informais, as trajetórias ocupacionais, até a emancipação profissional, familiar e social. Ou seja, a sua transformação em adulto (Casal, 1999). Esse processo compreende, portanto, diferentes **trajetórias de transição**.

Diante das incertezas e da acentuação da precariedade do trabalho na sociedade contemporânea, o que se observa é uma mudança nas trajetórias e nos padrões que orientavam a vida do jovem, bem como do adulto e dos idosos. Estas diferentes fases da vida, marcadas pelo tempo dedicado ao estudo, à permanência no trabalho e, finalmente, à inatividade, que tinham uma correspondência com determinadas faixas etárias, caracterizam-se hoje pela descontinuidade, que gera instabilidade e insegurança. Especialmente no caso dos jovens, não é mais possível pensar em uma trajetória linear na transição para a vida adulta e a incerteza quanto ao futuro dificulta a construção de projetos.

Assim, as trajetórias ocupacionais dos jovens metalúrgicos caracterizam-se pelas flutuações e descontinuidades, combinando educação e trabalho, abandono da escola, inatividade, inserção e exclusão do mercado de trabalho, em um movimento de vaivém, semelhante ao do *ioiô* (Walther *et*

eletroeletrônico do município de Osasco. Os dados tomados como referência neste artigo dizem respeito a algumas dessas questões.

³ A propósito das limitações teóricas e metodológicas da sociologia da juventude e a proposta de uma sociologia da transição, consultar Joaquim Casal (1997) e Andreas Walther *et al.* (1999).

al., 1999). O que caracteriza o trabalho de crianças e jovens, especialmente na faixa que se estende dos 10 aos 17 anos⁴, é a atividade em empregos temporários, sem carteira assinada⁵, permanecendo curtos períodos, geralmente entre três meses a um ano, no emprego. A rotatividade no emprego e os períodos de inatividade também são freqüentes na faixa dos 18 aos 25 anos. Nos períodos de desemprego, os jovens recorrem aos “bicos”, geralmente pequenos trabalhos no setor de serviços ou no comércio ambulante. No relato desses jovens percebe-se a constância na procura de emprego, durante os períodos de inatividade, e a impossibilidade de “ficar parado”. Apenas um deles disse que aos 21 anos ficou “enrolando” durante um ano, sem trabalhar.

Observa-se, além disso, o trânsito entre os setores da indústria, comércio, serviços e construção civil. Isto, por um lado, pode representar a possibilidade de treinamento em diferentes ocupações, mas por outro, dado o pouco tempo de permanência nesses empregos, dificulta a especialização. Tomo um dos casos como exemplo dessas trajetórias: aos onze anos, trabalha, como balconista em uma padaria, por onze meses, passando, aos doze anos, para uma indústria de pães como ajudante (fornheiro) de padeiro, onde permanece por dois anos. Aos quatorze anos fica desempregado por seis meses, arrumando depois um emprego como ajudante de pedreiro. Permanece nesta função por um ano e três meses, passando aos 16 anos para a função de apontador. Na realidade, trabalha no setor de construção civil até os 18 anos, quando enfrenta um novo período de desemprego que o faz retornar ao Ceará, sua terra de origem. Aos vinte anos regressa a São Paulo, voltando a trabalhar em construções por alguns meses. Aos 21 anos consegue emprego temporário em uma metalúrgica, como ajudante e, finalmente, aos 22 anos entra para a empresa metalúrgica onde trabalhava há oito meses, como ajudante, quando foi entrevistado.

Um outro jovem entrevistado começou a trabalhar aos nove anos, na oficina mecânica do pai, como ajudante, conciliando escola e trabalho. Aos 16 anos, trabalha em uma indústria de plásticos, como vendedor, durante o período de um ano. Dos 17 aos 18 anos fica desempregado, acontecimento comum, nesta idade, na vida da maioria dos jovens que entrevistei, devido à proximidade do serviço militar. Depois da dispensa do exército, arruma emprego em uma empresa que vendia “churrasco grego”, como caixa, por seis meses. Aos 19 anos, fica “parado um tempo”, ao fim do qual entra para a indústria metalúrgica, onde está há nove meses, como ajudante geral.

Mas há jovens que começaram, desde cedo, a experiência no trabalho industrial. Alguns passaram por indústrias de vários ramos, adquirindo no trabalho o conhecimento para o exercício de suas atividades. Outros, poucos, fizeram curso técnico no Senai, encaminhados pela empresa. O mais significativo é que praticamente todos esses casos foram encontrados na maior empresa em que realizei a pesquisa.

Para a maioria dos jovens, entretanto, o trabalho industrial aparece como o ápice de uma “carreira”, marcada pelo trânsito por diferentes ocupações, nos diversos setores da economia. Mesmo no caso dos que tiveram, inicialmente, a experiência de trabalho “na roça”, a entrada no emprego industrial é precedida por um período de desemprego, seguido do trabalho ou na construção civil, no comércio ambulante ou no setor de serviços. Em apenas três dos casos, o primeiro emprego, obtido logo após a chegada na zona urbana, foi na metalúrgica onde foram entrevistados por mim. Um deles, tendo estudado até a quarta série do ensino fundamental, trabalhou com o pai, na roça da família no Piauí, dos 7 aos 18 anos. Vindo para São Paulo, saiu à procura de emprego, passou na porta da metalúrgica

⁴ Nesta faixa etária tem-se mantido, nos últimos quatro anos, a tendência de redução na taxa de participação, contrastando com o aumento nos demais segmentos etários, no ano de 1999. Na faixa de 10 a 14 anos, a taxa de participação foi de 7,1% e na de 15 a 17, 47,6%, naquele ano (Dieese, 2000).

⁵ Dados referentes à posição ocupacional, comparando o ano de 1999 em relação a 1998, mostram o decréscimo (de 2,0%), pelo quarto ano consecutivo, do emprego assalariado com carteira assinada e o aumento de 4,8% do assalariamento sem carteira de trabalho assinada no setor privado (Dieese, 2000).

e foi admitido como ajudante geral. Trata-se, sem dúvida, de uma trajetória excepcional, que não corresponde às exigências de escolaridade e de competência exigidas hoje pelas empresas.

De uma maneira geral, a análise das trajetórias ocupacionais desses jovens revela a elaboração de uma cultura do trabalho com base em experiências de trabalhos pouco qualificados, com um horizonte muito limitado quanto à formação, dado que a aprendizagem se deu *on the job* e, em grande parte, por curtos períodos⁶. A meu ver, não se pode dizer que o exercício dessas atividades resultou de uma escolha ou de uma preferência dos jovens por essas ocupações. Acho difícil pensar a rotatividade nos diversos empregos como estratégias para conseguir experiência e treinamento em diferentes ocupações, pois estratégia pressupõe uma certa racionalidade. Mais do que tudo, essas ocupações representam as possibilidades oferecidas pelo mercado a jovens com suas qualificações e, principalmente, nas suas situações de vida.

Algumas análises, que tomaram por base dados referentes ao início dos anos 90, têm enfatizado a fragilidade tecnológica da indústria brasileira e o uso predatório do trabalho, com o emprego de trabalhadores com baixo grau de escolaridade formal, pouca qualificação e baixos salários (Carvalho, 1994). A preocupação, nesses estudos, é destacar a contradição entre o discurso dos empresários, com maiores exigências quanto a escolaridade, e uma prática de recrutamento de trabalhadores com poucos anos de escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação. De fato, os dados para o Estado de São Paulo, mostram que 2/3 dos trabalhadores da indústria não completaram nem o primeiro grau: 18% dos trabalhadores não têm instrução ou têm no máximo três anos de estudo; 50% completaram o correspondente a quatro anos de escolaridade básica; 18% terminaram as oito séries do ensino fundamental; 10% completaram o ensino médio e 4% possuem curso superior (Leite, E., 1995). Este quadro tem sustentado os argumentos, de empresários e alguns pesquisadores, de que o maior obstáculo à introdução das novas técnicas de qualidade e produtividade está no baixo nível de escolaridade dos trabalhadores.

Mas, dados mais recentes têm mostrado o aumento dos anos de escolaridade e da proporção dos que freqüentam escola em todas as faixas etárias, ainda que seja entre os jovens que este incremento se manifeste mais nitidamente. Assim, confirmando esses dados, os jovens metalúrgicos de Osasco apresentam um quadro mais favorável no que diz respeito à escolaridade. Evidentemente, a maioria deles (74,0%) não está mais na escola. Desses, entretanto, 50,0% têm o ensino médio completo e incompleto, enquanto 26,4% têm o ensino fundamental incompleto e 19,4% já o completaram. Apenas 4,2% têm o superior incompleto. Entre os 26,0% que continuam estudando, 58,3% estão cursando o ensino médio, 20,8% o nível fundamental, 16,7% fazem cursos técnicos e 4,2% o curso superior.

Essa preocupação com o aumento dos níveis de escolaridade do trabalhador brasileiro é sempre associada à questão da qualificação, especialmente no contexto das mudanças provocadas pela introdução das inovações tecnológicas. Madeira (1998), ao discutir a respeito da relação entre educação e qualificação, toma como referência um texto do BID que aponta as deficiências educacionais existentes nos países mais pobres como obstáculos ao aumento das taxas de desenvolvimento. Para o BID, “a educação acelera o crescimento através de sua maior contribuição direta à acumulação do *capital humano* e indireta através de seu impacto sobre a produtividade” (p. 438, grifo meu). Acentua-se, portanto, no “mundo de hoje” a importância da educação na preparação, em todos os níveis, do novo trabalhador exigido pelo mercado de trabalho. A sugestão de Madeira para fazer avançar a escolaridade no Brasil é que “do lado da sociedade, seria necessário um amadurecimento dos setores mais populares no sentido de entender a forte sinalização que vem do mercado de trabalho quanto à premência da educação nos tempos modernos” (p. 449).

⁶ Os dados da pesquisa mostram que 72,2% dos jovens metalúrgicos têm até dois anos de trabalho na empresa e apenas 27,8% estão empregados há mais de três anos.

Parece, portanto, que pelo menos os jovens metalúrgicos entenderam o recado de uma maior escolaridade. Mas, isso não significa que eles estejam exercendo atividades mais qualificadas: 30,0% deles são ajudantes de produção, 35,6%, operadores de máquinas, 20,0%, montadores e apenas 10% são qualificados. Por trás dessa discussão está, a meu ver, a questão de entender qual o significado de qualificação hoje. Assis (1994) busca uma resposta na pesquisa realizada pelo IEI/UFRJ com dirigentes de empresas. Em uma relação de quinze atributos de qualificação, cinco deles foram apontados como os mais relevantes para o profissional do futuro: raciocínio lógico, habilidade para aprender novas qualificações, conhecimento técnico geral, responsabilidade com o processo de produção, iniciativa para a resolução de problemas (p.194). Assis comenta que esses são atributos ou aptidões cognitivas e conhecimentos teóricos que deslocam, para as últimas posições, as antigas habilidades manuais, como coordenação motora e destreza manual, que eram exigidas dos trabalhadores.

Daí não ser estranha a preocupação com a educação básica e as constantes medidas para reduzir a evasão escolar e a repetência. O que está em jogo é a elaboração de uma concepção de escola e da redefinição de suas funções, priorizando a sua relação com o mercado de trabalho. Trata-se de levar adiante a idéia de universalização da escola básica, de forma a garantir “uma formação geral sólida, a capacidade de manejar conceitos, o desenvolvimento do pensamento abstrato” (Saviani, 1994:164/5). Mais ainda, trata-se, como acentua Madeira (1998), de reconhecer a “necessidade constante de atualização, ou seja, educação, educação, educação” (p. 439). Isto, entretanto, não significa a garantia de pleno emprego, nem de emprego permanente, estável, bem remunerado, mas sim da “*empregabilidade* das pessoas, cabendo ao setor educacional colaborar para gerar capacidades que possam responder positivamente aos novos tipos de emprego que irão emergindo no decorrer das grandes transformações da sociedade” (p. 439, grifo meu).

Temos aí o aparecimento de mais um conceito, o de empregabilidade, que, ao lado da noção de capital humano, tem marcado a discussão em torno de educação e trabalho. A teoria do capital humano, que teve muita importância nos anos 60 e 70, fez com que a educação, entendida até então, como oposta ao trabalho, fosse considerada fundamental para o desenvolvimento econômico. O que esta teoria procura explicar é a existência de grandes desníveis de desenvolvimento e de renda *per capita* entre os países, sugerindo que quanto maior o investimento em capital humano, maiores as probabilidades de superar o subdesenvolvimento e as desigualdades internacionais, regionais e individuais (Saviani, 1994; Frigotto, 1998). Com um forte conteúdo tecnicista e economicista, essa teoria foi muito debatida, destacando-se o uso político e ideológico que dela foi feito, subsidiando algumas reformas educacionais, em vários níveis, durante o regime militar no Brasil. Mas a crítica mais importante assinala que “nada daquilo que postulava se efetivou - a possibilidade da igualdade entre nações e entre grupos sociais e indivíduos, mediante maior produtividade e, conseqüentemente, em termos das nações, maior competitividade e equilíbrio e, entre grupos e indivíduos, ascensão na carreira profissional, mobilidade social e conseqüente diminuição das desigualdades” (Frigotto, 1998:38).

Concordo com Frigotto quando afirma que a discussão em torno das questões relacionadas à educação, formação, qualificação e requalificação profissionais, com uma acentuada perspectiva produtivista, reitera a visão economicista da teoria do capital humano. Só que agora, acrescento, sem a esperança da eliminação das desigualdades. Ao mesmo tempo que o discurso de empresários e alguns cientistas sociais enfatiza a importância de investimentos maiores na educação e qualificação profissional, exigindo dos trabalhadores mais “educação, educação, educação”, reconhecem que isto não lhes garante uma posição segura no mercado de trabalho. Quando muito, melhores condições de competitividade, de empregabilidade.

Esta idéia de empregabilidade, que atribui aos trabalhadores e suas famílias a responsabilidade pela sua inclusão ou exclusão do mercado de trabalho, ou seja, pela aquisição dos perfis mais próximos ou distantes das novas exigências do mercado de trabalho, expressa a insensibilidade do técnico diante

das razões estruturais das desigualdades. Forrester (*apud* Frigotto, 1998) vê a empregabilidade como um parente próximo da flexibilidade, até mesmo como uma de suas formas. O significado da empregabilidade consiste, portanto, na disposição do assalariado de estar disponível para todas as mudanças decididas pelos empregadores, prontos e preparados para trocar constantemente de trabalho, de mudar de um emprego para outro. Disposto não só a seguir a orientação máxima de “educação, educação, educação”, qualificando-se e requalificando-se constantemente, mas também a recomendação de participar e colaborar com os interesses da empresa. Diante disso, tem sentido a pergunta de Frigotto: “estas concepções e políticas não estariam formando os cidadãos passivos, não mais trabalhadores, mas colaboradores, despotas de si mesmo em nome da produtividade e competitividade, empregabilidade, reconversão, etc.?” (1998:46).

Com toda a certeza, os jovens metalúrgicos de Osasco não ouviram falar em empregabilidade, nem se pensam como capital humano. Mas sabem que hoje as empresas estão exigindo mais anos de escolaridade e constante adaptação às novas condições de trabalho. Por isso a disposição de 26% deles de completar o ensino médio ou o fundamental. E a preocupação dos que, por motivos de horário de trabalho, compromissos familiares e dificuldades financeiras, não podem fazê-lo. Com relação à obtenção de habilidades e competências, analiso agora os dados sobre os cursos de aperfeiçoamento técnico que fizeram ou estão fazendo.

Cerca de 59% dos jovens entrevistados fizeram cursos de aperfeiçoamento. Alguns desses cursos foram realizados nas empresas onde trabalhavam, outros em escolas técnicas, conciliando estudo e trabalho ou após a conclusão ou abandono da escola básica. De uma maneira geral, são cursos de pequena duração, indo de três a dez meses. Aqueles feitos no Senai apresentam uma maior variabilidade, de 22 horas a quatro anos. Vários foram iniciados e não concluídos, geralmente devido a dificuldades financeiras ou de conciliação com os horários de trabalho. A lista dos cursos é grande (33 cursos) e alguns jovens fizeram mais de um, totalizando 84 indicações. A maioria dos cursos relaciona-se com as ocupações encontradas no processo produtivo do ramo metalúrgico ou do setor industrial. Mas, as freqüências maiores são as dos cursos de datilografia e de computação, com 17,9% e 23,8%, respectivamente, das indicações.

Um dos jovens, com curso de computação, revela a sua insatisfação com a atividade que realiza:

Aqui não tem cursos e aí você não consegue progredir. Eu posso um dia subir na vida fora daqui. Você vai desanimando, não tenho mais aquela vontade de trabalhar. Quando você estudou para trabalhar com uma máquina moderna e te colocam num pau-velho e colocam um novato sem especialização na máquina moderna, você vê e se desanima.

O que se observa, portanto, é que muitos desses cursos tiveram pouca ou nenhuma utilidade para as atividades que exercem, confirmando, assim, a situação de indefinição do jovem diante do mercado de trabalho (ou de indefinição do mercado de trabalho) e as tentativas para conseguir conhecimentos que garantam empregos melhores. Por outro lado, a realização de um curso não significa, necessariamente a especialização ou qualificação profissional. É preciso que o jovem consiga um emprego onde o conhecimento, adquirido nos cursos técnicos, seja aplicado.

Talvez como expressão das desilusões decorrentes dessas estratégias educacionais frustradas, 87,5% dos jovens não estão fazendo nenhum curso de aperfeiçoamento técnico. Apenas 7,3% deles freqüentam algum curso e 5,2% pretendem começar. Em sua maioria, são cursos de treinamento fornecidos pelas empresas, realizados em algumas horas (um deles de 180 horas), após ou antes do horário de trabalho.

⁷ A idéia de “empregabilidade do grupo familiar” sugere que se um membro da família fica desempregado, outro é incorporado no mercado de trabalho, como uma forma de compensação no interior da própria família, com o objetivo de somar mais trabalho do que outros, melhorando a sua colocação na distribuição de renda (Madeira, 1998:440).

Assim como no caso dos cursos já realizados, confirma-se a tendência de formação profissional, apontada por Madeira (1998), em cursos de curta duração, oferecidos por instituições diversas. Ao invés de trajetórias ocupacionais alicerçadas em competências obtidas após vários anos de estudo em escolas técnicas, o padrão hoje seria de cursos variados, complementados pela experiência prática e os treinamentos fornecidos pela empresa.

As justificativas mais utilizadas para a não realização de cursos é a falta de tempo, o excesso de trabalho e o pouco tempo de trabalho “*na firma*”. Um dos jovens que não faz nenhum curso, relata o seu sonho de fazer um “curso de piloto”.

Gostaria de ser piloto ou músico. Para conseguir precisaria ter um padrinho dentro da área e eu estou lutando para isso. A esperança é a última que morre. Já fiz vôo panorâmico, já trabalhei no meio artístico. E os dois são muito difícil. Adoro câmera, TV, música, estúdio. Descobri o que quero desde pequeno, estudava piano, música. Mas fui crescendo, não tive a regalia, tive que trabalhar. Tive que trabalhar para ajudar em casa, pois meus pais se separaram desde que eu era pequeno, faz uns 14 anos. A separação mexeu muito com a minha infância.

Este depoimento revela a dificuldade de conciliar os sonhos da juventude com a realidade das situações vividas por membros das famílias de baixa renda. Para muitos desses jovens, seus empregos, as ocupações que exercem, não correspondem às expectativas e desejos de salários mais altos, de realizarem atividades mais interessantes e que lhes dêem mais prazer. Não se trata, contudo, de uma rejeição do trabalho, mas sim das atividades desempenhadas e dos empregos que têm. Mas, há aqueles que gostariam de permanecer, se não no mesmo emprego, pelo menos na condição operária e no setor metalúrgico.

Isto fica mais evidente quando analisamos as respostas à questão sobre o curso de aperfeiçoamento que gostariam de fazer, relacionado com a ocupação que exerciam: 56,2% gostariam de fazer algum curso voltado para a metalurgia; 15,6% responderam que não ou que não sabiam; 18,8% disseram que pretendiam fazer cursos, mas não relacionados com a atividade que desempenhavam e 9,4% que não fariam porque não havia nenhum curso relacionado com a atividade exercida. Este último grupo expressou mais claramente o seu desencanto com o trabalho que realizava, apontando as suas limitações: “aquilo ali não precisa de aperfeiçoamento, viu”, disse-me uma jovem que trabalhava na linha de montagem.

Os jovens que pretendiam fazer cursos, mas não voltados para a atividade exercida, além de insatisfação, mostram também a recusa da ocupação. São eles que buscam outras profissões, que sonham com outros caminhos e experiências, seja no sentido de responderem a uma “vocação”, seja no de satisfazerem suas preferências e curiosidades. Mas são eles, contudo, que mais apontam os problemas que jovens de sua condição social enfrentam:

Gostaria de fazer curso de datilografia e computação para pegar um serviço melhor num escritório. Mas é impossível, não tenho dinheiro para fazer o curso e mesmo assim não dá tempo, eu trabalho muito.

Este depoimento sintetiza as dificuldades, assinaladas por eles, de conciliar trabalho e educação, de ter que financiar, com os próprios recursos, as despesas com formação profissional e, principalmente, o desgaste físico no trabalho, que os impede de realizar outras atividades.

A análise mais atenta do grupo de jovens – maioria entre os entrevistados – que pretende continuar exercendo uma ocupação no setor metalúrgico, buscando aprofundar seus conhecimentos técnicos, revela aspectos interessantes. De uma maneira geral, existe um conhecimento maior a respeito das atividades que exercem e do processo de produção da empresa, bem como das exigências do mercado de trabalho. Esses jovens são capazes de perceber que estão ocorrendo mudanças na empresa, com a introdução de inovações técnicas e organizacionais, e o que se espera deles. Daí a ênfase em cursos

relacionados com o controle de qualidade, máquinas CNC, informática, desenho, medidas e programação. Mas, ao lado desses, citam cursos ainda marcados pelas antigas qualificações adquiridas nas escolas técnicas: ferramenteiro, torneiro mecânico, mecânica geral, inspetor de qualidade, eletricitista. Vários dos cursos indicados estão diretamente relacionados com as atividades que exercem ou com as particularidades do processo de trabalho da empresa, mas outros expressam o interesse dos jovens por qualificação ou requalificação profissional. Pretendem, com isso, garantir melhores condições para a construção de uma carreira, se não na mesma empresa, pelo menos no setor metalúrgico. Mas alguns não deixam de apontar a falta de tempo e de ajuda das empresas. Muitas deixaram de oferecer cursos ou, quando o fazem, não é para todos.

Na análise que venho fazendo sobre as trajetórias de transição dos jovens operários metalúrgicos não posso ignorar que estou tratando de jovens inseridos no mercado de trabalho, com carteira de trabalho assinada. Esta situação representa uma vantagem desses jovens diante das taxas de desemprego e subemprego de seus pares. Os dados apresentados por Arias (1998), para o ano de 1995, mostram que, se a exclusão do mercado de trabalho atinge os jovens em todas as faixas etárias, ela é maior no grupo etário de 15 a 19 anos. Mais ainda, a taxa de participação no mercado de trabalho é menor no grupo social mais carente, ou seja, aquele cujas famílias têm como rendimento *per capita* até meio salário-mínimo. Neste grupo estão incluídos 38,7% de jovens brasileiros de 15 a 24 anos. Em 1995 o desemprego atingia, no Brasil, 4,5 milhões de pessoas, o equivalente a 6,1% do total da PEA. E 47,6% desse total de desempregados eram jovens, com idade entre 15 e 24 anos.

Mas essa vantagem não significa uma situação mais segura e estável dos jovens metalúrgicos. São jovens com experiências de trabalho com curta duração e, mesmo na empresa onde trabalhavam no momento da pesquisa, mais de 2/3 deles tinham até dois anos de trabalho. O que esta análise revela é que as trajetórias dos jovens são menos lineares, menos estruturadas, mais marcadas pelas vicissitudes e indefinições do mundo do trabalho.

Diante da complexidade e ambivalência que caracterizam a transição da juventude para a vida adulta, o que tem chamado a atenção dos cientistas sociais europeus é o chamado prolongamento da juventude, ou seja, o desenvolvimento, por parte dos jovens, de estratégias de ação para adiar a entrada na vida adulta. Esse adiamento, com a permanência nas casas dos pais, relações entre os sexos sem o casamento, ampliação dos níveis de escolaridade e mudanças nas orientações profissionais, fez com que nos estudos sobre a juventude, um novo conceito fosse elaborado, para explicar essa fase da vida: o de **jovens adultos**. Reconhecem, portanto, no nível teórico e metodológico, a existência de jovens que não são mais adolescentes, mas também não são adultos, no sentido tradicional, isto é, com empregos regulares e com família constituída (Walther *et al.*, 1999).

Ainda que não exista, nos estudos europeus, um consenso quanto às interpretações a respeito do fenômeno de jovens adultos e a recomendação seja para manter aberto o conceito (Walther *et al.*, 1999), ele tem sido incorporado por alguns sociólogos brasileiros (Madeira, 1998), no sentido de uma nova fase de vida. Não há, entretanto, uma discussão teórica e metodológica que oriente futuras pesquisas sobre juventude.

A análise que desenvolvemos neste artigo aponta a dificuldade de seu uso no caso dos jovens brasileiros, pelo menos aqueles com idade entre 18 e 24 anos. Ainda que estes jovens também estejam enfrentando situações de vida marcadas por permanentes estados de transição, especialmente no que se refere a emprego e educação, o chamado prolongamento da juventude não decorre de estratégias definidas no sentido de adiar a entrada na vida adulta, nem como forma de aumentar seu capital cultural. O prolongamento da juventude resulta de causas estruturais que dificultam a passagem a uma situação estável de emprego e a obtenção da segurança necessária para o casamento e a paternidade e maternidade. Para muitos desses jovens (e também para os europeus), é difícil até mesmo elaborar projetos para o futuro, supondo a possibilidade de uma vida adulta socialmente integrada. O que não quer dizer que não sonhem, nem alimentem ilusões quanto ao futuro.

No meu entender, só posso pensar esses jovens metalúrgicos como jovens adultos, na medida em que se trata de jovens que tiveram, muito cedo, de tomar decisões “adultas”, assumindo responsabilidades de trabalho antes de estarem preparados, imersos em um mundo marcado por incertezas e instabilidades. Esses jovens trabalhadores, na faixa etária de 18 a 25 anos, reafirmam, para mim, a tese da heterogeneidade da juventude, especialmente considerando suas condições socioeconômicas. Para eles, a juventude não é vivida como um espaço do “desfrute do prazer e do lazer”, como quer Madeira (1998:454), mas sim como a impossibilidade de realização de suas potencialidades e esperanças.

Referências Bibliográficas

- Arias, A. R. (1998). Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Cnpd, 2ª vol., pp. 519-541.
- Assis, M. (1994). A educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. Ferretti, Celso João *et al.* (orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, pp. 189-203.
- Carvalho, R. Q. (1994). Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. Ferretti, Celso João *et al.* (orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, pp. 93-127.
- Casal, J. (1997). Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración. Machado Pais, José e Chisholm, Lynne (coords.). *Jovens em mudança - Actas do Congresso Internacional Growing up between centre and periphery*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 121-141
- Costa, A. C. (2000). *A escola da vida - as trajetórias escolares e ocupacionais de trabalhadores evadidos do ensino fundamental*. Campinas: Relatório para o exame de qualificação na Faculdade de Educação da Unicamp.
- Dieese (2000). Desemprego recorde mas crescimento da ocupação em 1999. *Boletim Dieese*. São Paulo, 19:217, jan/fev., pp. 24-28.
- Frigotto, G. (1998). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. Frigotto, G. (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, pp. 25-54.
- Hirata, H. 1994. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. Ferretti, Celso João *et al.* (orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, pp. 128-142.
- Leite, E. M. (1995). Renovação tecnológica e qualificação do trabalho: efeitos e expectativas. Castro, Nadya A. de (org.) *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 159-177.
- Madeira, F. R. e Rodrigues, E. M. (1998). Recado dos jovens: mais qualificação. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Cnpd, 2ª vol., pp. 427-496.
- Saviani, D. (1994). O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. Celso João *et al.* (orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, pp. 151-168.
- Walther, A. *et al.* (1999). New trajectories of young adults in Europe. A research outline. *Intercultural reconstruction. European yearbook on youth policy and research*. Circle for Youth Research Cooperation in Europe (ed). vol. 2, pp. 61-86.